

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2012

CNPJ 02.677.174/0001-19

Sociedade Anônima de Capital Fechado

Composição do capital social : 577.712 Ações Ordinárias Nominativas

Sede: Rua General Gurjão, 2 - Caju - Rio de Janeiro – CEP 20940-004

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL

(Em reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes	62.775	4.844
Contas a receber - aluguéis	4.900.555	4.951.519
Créditos de impostos	1.410.977	1.220.569
Adiantamento a fornecedores	37.932	37.932
Outras contas a receber	1.954.378	
Despesas antecipadas	1.940.538	55.755
Ativo destinado à venda	104.109.154	104.109.154
Total do ativo circulante	<u>114.416.309</u>	<u>110.379.773</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Créditos com empresas ligadas	107.032	192.036
Investimentos	1.000	1.000
Imobilizado	851.350.646	864.357.656
Intangível	<u>140.405.809</u>	<u>140.407.161</u>
Total do ativo não circulante	991.864.487	1.004.957.853
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.106.280.796</u></u>	<u><u>1.115.337.626</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.**QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em reais)

PASSIVO	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	43.599.999	40.514.840
Fornecedores	442.200	1.774.936
Adiantamento de clientes	10.000.000	10.000.000
Impostos e contribuições a recolher	13.255.709	15.447.400
Impostos e contribuições diferidos	8.901.498	8.901.498
Debêntures	20.187.783	
Outras contas a pagar	18.195.197	23.911.485
Indenizações trabalhistas a pagar	3.061.408	2.250.862
Total do passivo circulante	117.643.794	102.801.021
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	13.800.001	
Debêntures	257.816.775	52.477.188
Impostos e contribuições a recolher	2.892.382	672.200
Impostos e contribuições diferidos	234.493.465	238.913.425
Indenizações trabalhistas a pagar		972.655
Débitos empresas ligadas	53.844.965	65.227.974
Outras contas a pagar		215.203.018
Total do passivo não circulante	562.847.588	573.466.460
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.650.549	1.650.549
Ajuste patrimonial	453.970.327	462.550.251
Prejuízos acumulados	(29.831.462)	(25.130.655)
Total do patrimônio líquido	425.789.414	439.070.145
TOTAL DO PASSIVO	1.106.280.796	1.115.337.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em reais)

	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Período Atual 01/01/2012 à 30/06/2012	Trimestre do Período Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Período Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
Receita de aluguéis e arrendamento	15.917.362	31.749.691	4.066.311	7.268.910
Deduções, abatimentos e impostos	(1.331.890)	(2.731.337)	(474.452)	(672.374)
Receita líquida	14.585.472	29.018.354	3.591.858	6.596.535
Receitas (despesas) operacionais:				
Gerais e administrativas	(1.348.766)	(2.632.824)	(6.756.438)	(8.438.057)
Depreciações e amortizações	(6.766.632)	(13.533.263)	6.766.563	13.532.990
Receitas financeiras	19.410	35.355	104.614	221.610
Despesas financeiras	(17.351.571)	(30.623.512)	6.425.160	8.534.136
Equivalência patrimonial				465.005
	(25.447.559)	(46.754.245)	(19.843.547)	(29.818.568)
Resultado operacional	(10.862.087)	(17.735.890)	(16.251.689)	(23.222.032)
Receita não operacional				
Diversas		35.199		
Prejuízo antes do imposto de renda e da Contribuição social	(10.862.087)	(17.700.691)	(16.251.689)	(23.222.032)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.209.830	4.419.960	2.150.394	4.300.788
Prejuízo do período	(8.652.257)	(13.280.731)	(14.101.295)	(18.921.244)
Prejuízo por ação do capital social no final do período - R\$	(14,98)	(22,99)	(24,62)	(33,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste patrimonial	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	117.400.285	36.000	488.548.257	8.724.012		614.708.554
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(12.999.003)		12.999.003	
Prejuízo do período					(18.921.244)	(18.921.244)
Em 30 de junho de 2011	117.400.285	36.000	475.549.254	8.724.012	-5.922.241	595.787.310

	Capital social	Ajuste patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011	1.650.549	462.550.251	-25.130.655	439.070.145
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-8.579.924	8.579.924	
Prejuízo do período			-13.280.731	-13.280.731
Em 30 de junho de 2012	1.650.549	453.970.327	-29.831.462	425.789.414

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do período	(13.280.731)	(18.921.244)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	13.533.263	13.532.990
Equivalência patrimonial		(465.004)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.419.960)	(4.300.788)
	<u>(4.167.428)</u>	<u>(10.154.047)</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Contas a receber de clientes	(1.903.413)	(287.903)
Impostos a recuperar	(190.408)	30.233
Créditos empresas ligadas	85.004	824.423
Adiantamento a fornecedores		(5.089.351)
Despesas de exercícios seguintes	(1.884.783)	(156.860)
Investimento destinado à venda		(115.718.688)
Outras contas a receber		1.485.589
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Fornecedores	(1.332.735)	(1.072.460)
Adiantamento por compra de ativos		10.000.000
Impostos e contribuições a recolher	28.449	2.008.083
Empresas ligadas	(11.383.009)	4.645.231
Salários e encargos sociais		(864.538)
Acordos indenizatórios	(162.109)	(6.486.983)
Outras contas a pagar		(6.486.983)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(20.910.432)</u>	<u>(120.837.271)</u>
Atividades de investimento		
Adições de imobilizado	(524.900)	(19.284.661)
Reclassificação de investimentos		17.688.584
Reclassificação de intangível		98.030.104
Caixa proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	<u>(524.900)</u>	<u>96.434.027</u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - CONTINUAÇÃO**
(Em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos (pagos) tomados	16.885.161	5.893.214
Credores por compra de ativos	(220.919.268)	
Debêntures	225.527.370	
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>21.493.263</u>	<u>5.893.214</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>57.931</u>	<u>(18.510.030)</u>
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes		
Disponibilidades e valores equivalentes no início do exercício	4.844	21.783.705
Disponibilidades e valores equivalentes no final do exercício	62.775	3.273.675
	<u>57.931</u>	<u>(18.510.030)</u>

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**

(Em reais)

	2012	2011
Receitas		
Aluguéis	31.172.116	7.268.910
Diversas	612.774	
Insumos adquiridos		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.024.402	8.421.402
Valor adicionado bruto	29.760.488	(1.152.492)
Retenções		
Depreciação e amortização	13.533.263	13.532.990
Valor adicionado líquido	16.227.225	(14.685.482)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	35.355	221.610
Resultado de investimento em controlada		465.004
Valor adicionado a distribuir	16.262.580	(13.998.868)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.560.237	801.877
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e aluguéis	30.403.034	8.421.288
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(17.700.691)	(23.222.033)
Valor adicionado total distribuído	16.262.580	(13.398.868)

COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

A Companhia Brasileira de Diques – CBD, constituída em 14 de agosto de 1998, tem por objeto social: (i) a exploração comercial de diques (secos ou flutuantes) e equipamentos, acessórios e seus periféricos, para o exercício de atividades de construção, reparação, reconstrução, conversão e manutenção de navios, embarcações, plataformas e demais equipamentos flutuantes em geral; (ii) a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, de quaisquer atividades, como sócia acionista ou quotista, bem como sociedades em conta de participação ou de consórcios de empresas que tenham por finalidade desenvolver atividades direta ou indiretamente relacionadas com os seus objetivos ou com o das sociedades que participe.

Arrendamento de área

Em 21 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, arrendando área equivalente a 321.612 m² e respectivas benfeitorias de seu imóvel. Os recursos provenientes do arrendamento da área passaram a ingressar na Companhia no segundo semestre de 2011, após terem sido cumpridos o período de carência e as condições precedentes definidos no referido contrato.

Incorporação de sociedade controladora

Em 15 de julho de 2011, através de Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação firmado entre as sociedades, foi proposta aos acionistas a incorporação da sociedade controladora, GFS – Premium Administração e Participações S.A, pela sociedade controlada, Companhia Brasileira de Diques, com base nas seguintes razões: a) os estudos realizados sobre a conveniência da incorporação revelam que a operação é vantajosa para as duas sociedades, resultando em substancial economia de custos através, principalmente, da centralização das suas operações, das administrações e dos ativos físicos e financeiros das sociedades; b) propiciará um melhor dimensionamento e facilidade na captação de recursos financeiros necessários às atividades da sociedade incorporadora, bem como da administração do seu resultado, de modo que os seus objetivos sejam alcançados com maior eficiência.

Em 05 de agosto de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a incorporação do acervo líquido da sociedade controladora apurado em

05 de julho de 2011 com base em laudo de avaliação emitido por peritos avaliadores. Neste mesmo ato societário foi aprovada a assunção pela Companhia de todos os direitos e obrigações subordinados às debêntures emitidas pela GFS Premium Administração e Participações S.A.

O acervo líquido incorporado pode ser assim resumido

05 de julho de 2011				
ATIVO	CBD	GFS	ELIMINAÇÕES	FINAL
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	3.133.359	150		3.133.509
Adiantamento a fornecedores	6.340.166			6.340.166
Outras contas a receber	116.292.681			116.292.681
Não Circulante				
Empresas ligadas	91.677	25.985.639	(25.985.639)	91.677
Investimentos	1.000	132.121.465	(132.121.465)	1.000
Imobilizado	873.938.071			873.938.071
Intangível	11.494	140.397.019		140.408.513
Total do Ativo	999.808.447	298.504.274	(158.107.104)	1.140.205.617
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	393.053			393.053
Financiamentos	40.966.786	29.511.125		70.477.911
Imp. e contrib. a recolher	14.957.416			14.957.416
Indenizações trabalhistas a pagar	880.292			880.292
Outras contas a pagar	337.452	195		337.647
Não Circulante				
Empresas ligadas	86.071.673	13.993.655	(25.985.639)	74.079.689
Financiamentos	2.862.667	201.845.900		204.708.567
Indenizações trabalhistas a pagar	2.617.245			2.617.245
Imp. e contrib. a recolher/diferidos	242.795.419			242.795.419
Debêntures		51.502.850		51.502.850
Patrimônio Líquido				
Capital social	117.400.285	1.575.440	(117.400.285)	1.575.440
Reservas de capital	36.000		(36.000)	
Ajuste patrimonial	475.549.254			475.549.254
Reserva de retenção de lucros	13.143.674		(13.143.674)	
Resultado do exercício	1.797.232	75.109	(1.541.507)	330.834
Total do Passivo	999.808.447	298.504.274	(158.107.104)	1.140.205.617

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que os aprovaram.

a) *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

b) *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações estão apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

c) *Consolidação*

A Companhia deixou de apresentar demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício de 2011, devido a intenção de venda do investimento mantido na controlada Bric Brazilian Intermodal Complex S.A. que, conforme descrito na nota explicativa nº 9, passou a ter o tratamento contábil e correspondente classificação de ativo destinado à venda.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) *Apuração do resultado:*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao serviço são transferidos para o cliente. A receita de arrendamento mercantil do imóvel é reconhecida no resultado mensalmente em observância ao Instrumento Contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

b) *Estimativas contábeis:*

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; análise do risco de crédito para determinação da estimativa da perda por créditos de liquidação duvidosa; assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos e passivos monetários denominados

em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros:

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com controladas e coligadas e outros recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia registra títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são registrados inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, contas garantidas, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2011 e em 2012.

d) Disponibilidades e equivalentes:

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

e) Contas a receber de clientes:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Como resultado da avaliação de contas a receber em aberto, não houve a necessidade de constituição de estimativa de perda por créditos de liquidação duvidosa para a controlada e complemento da estimativa de perda por créditos de liquidação duvidosa da controladora.

Em função dos prazos de recebimentos serem inferiores a 30 (trinta) dias, os efeitos de ajustes a valor presente dos saldos de contas a receber não é relevante.

d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e) Créditos e débitos com pessoas ligadas:

As transações com partes relacionadas decorrem de operações financeiras que a Companhia e as empresas ligadas, para a gestão de fluxo de caixa.

f) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos são mensurados conforme as políticas contábeis aplicáveis ao ativo. A partir do momento em que são classificados como mantidos para venda, eles são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, os Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos a aplicação do referido método.

g) Imobilizado:

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, combinado com aplicação do Custo Atribuído (*Deemed Cost*). A depreciação foi, a partir do ano de 2010, calculada com taxas mencionadas na nota nº 10, as quais foram estimadas com base em estudos de especialistas e ajustadas para atendimentos às normas estabelecidas pela legislação societária brasileira.

A adoção do Custo Atribuído (*Deemed Cost*), mencionado na nota 9, foi baseada na Resolução CFC nº 1.255/09 – NBCTG 1000 (NBC T 19.41) e a Resolução CFC nº 1.263/09 – ITG 10. Os ajustes tomaram por base laudo de empresa especializada independente que avaliou o valor de mercado, a vida útil remanescente, bem como seu valor residual.

h) Intangível:

Ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada das perdas no valor recuperável, quando aplicável.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, em contrapartida do resultado do exercício.

j) Empréstimos:

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

k) Provisões

Uma provisão é registrada, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são lançados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Ativos e passivos contingentes:

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; e (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

n) Imposto de renda e contribuição social:

Não foram constituídos créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre respectivamente, prejuízos fiscais e base negativa acumulados, em função da incerteza de atendimento integral dos requisitos exigidos pelas normas contábeis. Foram constituídos passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, sobre os valores atribuídos ao custo do imobilizado, atendendo a Resolução CFC nº 1.189/09 e resolução CFC nº 1.263/09.

o) Lucro (prejuízo) por ação:

O lucro por ação é calculado considerando-se o número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

p) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Estrutura de gerenciamento de risco.

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro)

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, possam impactar os negócios da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

5. Disponibilidades

	<u>30/062012</u>	<u>31/12/2011</u>
Bancos conta movimento	59.432	3.560
Aplicações financeiras	3.343	1.284
	62.775	4.844

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações em títulos de renda fixa, com taxa remuneratória média mensal de 0,9%. Os prazos de resgate não ultrapassam 90 dias da data do balanço.

6. Contas a receber

Corresponde substancialmente ao valor do arrendamento mensal decorrente da operação descrita na nota explicativa nº 1.

7. Créditos e débitos com empresas ligadas

		<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo não circulante			
Bric Brazilian Inter. Complex S.A.	(a)		90.096
Briclog Armazéns Gerais Ltda.	(a)	107.032	101.940
		107.032	192.036
Passivo não circulante			
Bric Brazilian Inter. Complex S.A.	(a)	2.355.976	15.296.782
Inepar Adm e Participações	(b)	29.467.205	28.430.952
Fator Empreendimentos	(b)	20.197.605	19.263.958
Portbank Consultoria	(a)	59.966	59.966
Venilton Tadini	(a)	112.025	112.025
Active International	(a)	1.288.803	1.288.803
IESA Oil & Gas	(c)	363.385	775.488
		53.844.965	65.227.974

(a) Operações financeiras para gestão de fluxo de caixa. Não há incidência de juros nas transações.

- (b) Operações financeiras para gestão de fluxo de caixa. Atualizados por 100% da variação do CDI.
- (c) Operação financeira para gestão de fluxo de caixa. Atualizados por 100% da variação do CDI acrescido de 0,8% ao mês.

8. Ativo destinado à venda

Em 2 de junho de 2011, a Wilson Sons Limited, por meio de sua subsidiária Brasco Logística Offshore Ltda., firmou contrato com a Companhia Brasileira de Diques para aquisição da totalidade das quotas representativas de sua participação no capital da Bric Brazilian Intermodal Complex S.A. (“Briclog”). A conclusão da aquisição está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Foram recebidos como adiantamento R\$ 10 milhões na assinatura do contrato. Na data do fechamento da operação, serão honrados R\$ 60 milhões após o cumprimento de todas as condições precedentes, R\$ 27.562.562,56 serão honrados no prazo de 90 dias da data do fechamento e o montante restante de R\$ 27.562.562,56 serão honrados no prazo de 330 dias contados da data de fechamento, sendo os três últimos serão pagas corrigidas monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em decorrência dessa operação, os investimentos na controlada (Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.) foram reclassificados para ativo destinado à venda. Em conformidade com pronunciamento técnico CPC 31 - ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA e a resolução CFC Nº. 1.188/09, que aprova a NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a partir desse momento tal investimento passaria a ser avaliado por seu valor justo, caso este fôsse inferior ao valor contábil, que, contudo, é inferior ao valor de venda líquido das despesas para venda. O valor reclassificado é assim demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2011

Custo	17.223.579
Ágio	98.030.104
	115.253.683
Resultado de equivalência até a reclassificação	465.005
Aquisição participação BNDES	175.175
Redução de capital	(11.784.709)
Ativo destinado à venda	104.109.154

9. Imobilizado

	Depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
	ao ano - %	corrigido	acumulada	30/06/2012	31/12/2011
		30/06/2012	30/06/2012	30/06/2012	31/12/2011
Terrenos		207.424.946		207.424.946	207.424.946
Instalações	4	1.003.215	(100.321)	902.894	922.958
Edificações	4	100.235.757	(10.023.576)	90.212.181	92.216.896
Móveis e utensílios	20	8.200	(957)	7.243	7.653
Diques	4	392.659.132	(39.265.913)	353.393.219	361.246.401
Cais	4	169.370.474	(16.937.047)	152.433.427	155.820.836
Benfeitoria em propriedades de terceiros	4	13.306.476	(1.330.648)	11.975.828	12.241.958
Imobilizado em andamento		35.000.908		35.000.908	34.476.007
		919.009.108	(67.658.462)	851.350.646	864.357.656

A administração decidiu por apurar e registrar, em 2010, o Custo Atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado tendo contratado empresa especializada para preparação do laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo objeto desta avaliação a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

O laudo avaliou o valor do imobilizado em R\$ 884.000.000 que, comparados com o valor residual contábil do imobilizado, gerou um Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP de R\$ 781.229.182. O AAP foi registrado diretamente contra conta específica do Patrimônio Líquido (nota 15), deduzido do valor de IRPJ e CSLL diferidos (nota 10), no montante de R\$ 256.416.501.

10. Intangível

	30/06/2012	31/12 2011
Software	13.523	13.523
Intangível (incorporado)	140.397.019	140.397.019
Amortização de Software	(4.733)	(3.381)
	140.405.809	140.407.161

O intangível registrado decorrente do processo de incorporação da sociedade controladora GFS Premium Administração e Participações S.A. descrito na nota explicativa nº 1, tem sua origem em ágio apurado pela GFS na aquisição da Companhia Brasileira de Diques junto a parte independente.

Tal ágio fundamenta-se na expectativa de rentabilidade futura e, em consonância com a NBC TG 1000 (NBC T 19.41), NBC T 19.10, item 107 e NBC T 19.18, itens 49 e 50 vigentes desde 1º de janeiro de 2009, não foi amortizado, estando sujeito à análise anual de recuperação efetuada pela Administração, por meio de laudo de empresa especializada independente, que não identificou necessidade de provisão para redução ao valor recuperável, visto que o valor estimado de realização excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

11. Empréstimos e financiamentos

	<u>Garantias</u>	<u>Encargos</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Capital de giro				
Banco Pine S.A	aval e recebíveis	CDI + 0,765%	41.400.000	40.000.000
Banco Panamericano S.A	aval e recebíveis	CDI + 0,70%	16.000.000	
Conta Garantida				
Banco Pine S.A	sem garantia	CDI + 0,765%		514.840
			57.400.000	40.514.840
(-) Circulante			43.599.999	
Não Circulante			13.800.001	40.514.840

12. Impostos e contribuições a recolher e diferidos

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
IRPJ e CSLL diferidos sobre ajuste de valor patrimonial	243.394.963	247.814.923
IRPJ a recolher	2.257.092	2.228.409
CSLL a recolher	606.185	833.110
COFINS	3.941.039	3.799.196
PIS	850.068	817.019
ISS	2.909	4.139
IPTU a pagar	7.535.225	7.535.223
Outros impostos	955.573	902.504
	259.543.054	263.934.523
Circulante		
Imposto e contribuição social diferidos	8.901.498	8.901.498
Impostos a recolher	13.255.709	15.447.400
Não circulante		
Imposto e contribuição social diferidos	234.493.465	238.913.425
Impostos a recolher	2.892.382	672.200

13. Outras contas a pagar

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos a pagar – IVI (a)	9.223.015	239.114.503
Opinião S.A (b)	8.400.000	
Docas S.A	572.182	
	18.195.197	239.114.503
(-) Circulante		(23.911.485)
Não circulante		215.203.018

(a) Saldo a pagar a Indústrias Verolme-Hishibras S.A – IVI, proveniente da incorporação da sociedade controladora GFS, descrito na nota explicativa nº 1, correspondente à aquisição parcelada das ações da Companhia Brasileira de Diques, amortizável em parcelas vencíveis

até setembro de 2012 e sujeito a encargos financeiros correspondentes a variação do IGP-M acrescida de 12% a.a.

(b) Corresponde ao refinanciamento de duas das amortizações devidas a Indústrias Verolme-Hishibras S.A – IVI (item a acima), com pagamento de juros antecipados e vencíveis em outubro de 2012.

14. Debêntures

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
1ª emissão de debêntures	54.149.935	52.477.188
2ª emissão de debêntures	255.140.403	258.514.692
Debêntures em carteira	(31.285.780)	(258.514.692)
	278.004.558	52.477.188
(-) Circulante	20.187.783	
Não circulante	257.816.775	52.477.188

- 1ª emissão de debêntures: série única, não conversíveis em ações, ocorrida em 14 de julho de 2009, emitidas 37.984.000 debêntures, sujeita a atualização monetária com base na variação do IGP-M, com prazo final de vencimento em 10 de fevereiro de 2016.
Emissão ocorrida na GFS Premium Administração e Participação, incorporada pela CBD – Companhia Brasileira de Diques S.A em 2011, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

- 2ª. emissão de debêntures simples: não conversíveis em ações, com garantia real, em dez séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação pela Companhia Brasileira de Diques, ocorrida em 15 de setembro de 2011. Emitidas 2.424 (duas mil quatrocentas e vinte e quatro) debêntures, sendo colocados 2.118 títulos no mercado até 30/06/2012.

15. Patrimônio líquido

- a) Capital social: O capital social de R\$ 1.650.549, subscrito e integralizado, é representado por 577.712 ações ordinárias.

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no país e no exterior, está distribuído da seguinte forma:

<u>Sócios</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Inepar Administração e Participações S/A	288.856	50,00%
Active Internacional Investments Ltd.	216.642	37,50%
Partbank Cons. Fin. Adm. Bens e Part. S/S Ltda.	54.882	9,50%
Venilton Tadini	8.666	1,50%
Carlos Hitoshi Fuda Castro	5.777	1,00%
Manoel Horácio Francisco da Silva	2.889	0,50%
	577.712	100,00%

- (b) Ajuste avaliação patrimonial: refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (*deemed cost*) dos itens do ativo imobilizado registrado no exercício de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 9, deduzido da provisão de imposto de renda diferido, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Na medida em que os bens, objeto de atribuição de novo valor, forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

16. Despesas financeiras

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Juros pagos	(10.239.245)	(8.278.536)
Despesas bancárias	(550.036)	(142.752)
IOF / IOC	(283.870)	(112.848)
Deságio na colocação de Debêntures	(1.922.946)	
Juros e Encargos s/ Debêntures	(17.190.597)	
Multas de Contratos	(436.818)	
	(30.623.512)	(8.534.136)

17. Instrumentos financeiros

A Companhia não mantém operações significativas com instrumentos financeiros e não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com suas operações financeiras são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia e parametrizadas com as taxas de mercados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia não possui operações relevantes cujos efeitos nas oscilações de taxas possam ocasionar perdas significativas, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas as análises de sensibilidade de oscilações das taxas.

18. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e outros itens sujeitos a riscos, a qual foi determinada pela Administração, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Maurício Bernardo Cerdeira Leibovitz
Diretor Presidente

José Luiz de Franco
CRC RJ 036918/O-4 T SP